2016 v. 16 n. 63 jan./mar.

Artigos

| 01. | Un meeting point de los ordenamientos jurídicos sobre contratación pública (José Luis Meilán Gil) | 13 |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 02. | Os grandes traços do direito administrativo no século XXI (José Manuel Sérvulo Correia) | 45 |
| 03. | Instrumentos de la lucha contra la corrupción en Colombia: de la ultima ratio a la ausencia de razón (Andrés Fernando Ospina Garzón) | 67 |
| 04. | Regulação administrativa e os principais vieses (Juarez Freitas) | 93 |
| 05. | Estado Social, legitimidade democrática e o controle de políticas públicas pelo Supremo Tribunal Federal (José Luis Bolzan de Morais, Guilherme Valle Brum) | 107 |
| 06. | O reflexo das crises interconectadas do Estado contemporâneo na transformação dos direitos humanos fundamentais sociais (Yuri Schneider, Rogério Luiz Nery da Silva) | 137 |
| 07. | Edifícios públicos sustentáveis: discricionariedade administrativa ou dever constitucional e legal? (Carlos Augusto Alcântara Machado, Augusto César Leite de Resende) | 165 |
| 08. | A autonomia ético-existencial do adolescente nas decisões sobre o próprio corpo e a heteronomia dos pais e do Estado no Brasil (Joyceane Bezerra de Menezes, Renata Vilela Multedo) | 187 |
| 09. | A juridicidade do Estado-administração na concretização de políticas públicas de saúde: um método para a justificação da eficácia horizontal dos direitos fundamentais (Sandro Lucio Dezan, Samuel Meira Brasil Jr.) | 211 |
| 10. | Sobre princípios e regras: uma crítica à teoria dos princípios de Humberto Ávila (Altecir Bertuol Junior) | 239 |